

Representante do Midland vê interesse de credores pela conversão de dívida

por Cecília Costa
do Rio

Se a nova equipe econômica do governo aprovar, em breve, uma regulamentação de conversão de dívida em capital de risco flexível dará um "sinal de boa vontade" quanto ao mercado financeiro internacional e aos bancos credores, que se encontram muito interessados nesta operação, afirmou ontem, durante o II Congresso Nacional de Executivos Financeiros, o representante do Midland Bank, Donald Pearson.

Para que a próxima negociação chegue a um bom resultado, também é essencial a apresentação do programa econômico, já anunciado pelo governo brasileiro, no qual Pearson espera que este im incluídas medidas como corte nas despesas públicas, melhor ordenação da política fiscal, monetária, salarial e política cambial realista.

Pearson elogiou muito o programa chileno, sobre conversão da dívida, que, "ao contrário do argentino", deu certo. No caso do Chile, informou, o programa de troca de dívida em investimentos diretos já envolveu US\$ 2 bilhões ou 18% da dívida externa de médio prazo desse país e, no caso do Brasil, seria possível obter conversões anuais de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões, o que poderia gerar uma economia, em dois exercícios, de US\$ 1 bilhão em pagamento de juros.

"O Brasil tem uma divi-

da de cerca de US\$ 20 bilhões em investimentos diretos estrangeiros e de US\$ 108 bilhões em empréstimos. A conversão poderia, por outro lado, melhorar esse quadro, assegurando inversões de capital em empresas nacionais e multinacionais. Fora o fato de atrair para o País investimentos que hoje estão sendo canalizados para outros mercados", acentuou, tendo acrescentado ainda que sem dúvida alguma o programa aceleraria a privatização de empresas que hoje se encontram em poder público, fortalecendo a indústria nacional.

Além de Pearson, também defendeu a conversão de dívida em capital o presidente do Banco Montreal de Investimentos, Pedro Leitão da Cunha, tendo reafirmado a intenção da matriz — o Bank of Montreal — de transformar em investimentos no mercado de capital US\$ 100 milhões em empréstimos. O prazo de permanência desses recursos poderá ser negociado com as autoridades brasileiras, comentou Leitão da Cunha, que em sua exposição procurou neutralizar vários dos temores que costumam envolver a questão da conversão.

Sobre o impacto monetário, por exemplo, disse que "os montantes dificilmente serão suficientemente grandes para causar tal impacto e podem muito bem obedecer a um escalonamento compatível com a política monetária das autoridades brasileiras".